



## AS MEMÓRIAS E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO MONUMENTO A IEMANJÁ, EM VITÓRIA-ES

*THE MEMORIES AND THEIR SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE MONUMENT TO YEMANJA, IN VITÓRIA-ES*

Maurílio Mendonça de Avellar Gomes<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo se propõe a analisar as memórias e as representações sociais referentes ao monumento construído a Iemanjá, presente no píer da Praia de Camburi, em Vitória - ES, buscando apresentar os contextos por trás desse símbolo cultural de representatividade para as religiões de matrizes africanas. Por meio de reflexões em relação à memória, a partir dos significados presentes na imagem, assim como pela importância da presença desse monumento no espaço público, em especial pelo símbolo de representação da diversidade sociocultural de um povo, tais apontamentos levam em consideração pensamentos sobre história, memória e narrativas, assim como materiais de cunho histórico (documentos, imagens e reportagens) referentes ao monumento, inaugurado em dezembro de 1988.

### PALAVRAS-CHAVE

Monumento; Memória; Matriz Africana; Iemanjá; Cultura.

### ABSTRACT

*The article aims to analyze the memories and social representations referring to the monument built in Iemanjá, present in the pier of Camburi Beach, in Vitória - ES, seeking to present the contexts behind this cultural symbol of representativeness for the religions of African matrixes. Through reflections on memory, from the meanings present in the image, as well as the importance of the presence of this monument in the public space, especially the symbol of representation of the socio-cultural diversity of a people, such notes take into consideration thoughts about history, memory and narratives, as well as materials of historical nature (documents, images and reports) referring to the monument, inaugurated in December 1988.*

### KEYWORDS

Monument; Memory; African Matrix; Iemanjá; Culture.

## CONSTRUÇÃO E HISTÓRIA

---

<sup>1</sup> Maurílio Mendonça de Avellar Gomes é especialista em Linguagens Visuais e Multimídia, pela Ufes; graduado em Comunicação Social – Jornalismo, pela Ufes; e aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Teoria e História da Arte, pela Ufes. Profissional de comunicação, na área de assessoria e produção de conteúdo. Pesquisa assuntos relacionados à cultura popular, religiões de matrizes africanas, performances afroameríndias e afrobrasileiras, corpo e gênero. Contato: [maulgom@gmail.com](mailto:maulgom@gmail.com).



O ano era 1988. O então prefeito da cidade de Vitória (ES), Hermes Laranja, convidou o artista grego Ioannis Zavoudakis, morador local, a construir uma imagem em homenagem à Iemanjá, um Orixá cultuado em religiões de matrizes africanas, em especial pelo Candomblé e pela Umbanda. O monumento, erguido há três décadas – e que seria uma solicitação feita por representantes dessas religiões ao prefeito – levou dois meses para ser instalado no píer da Praia de Camburi, local onde permanece (Figura 1).



Figura 1 - Imagem de arquivo da Prefeitura de Vitória. Fonte: Disponível em <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/estatua-de-iemanja-na-praia-de-camburi-em-vitoria-recebe-pintura-nova.ghtml>>. Acesso em 05 de maio de 2019.

Iemanjá está no início da orla, mas só pode ser vista por quem assim quiser e puder ir até ela. Lá do píer, com suas vestes em “azul celestial”<sup>2</sup>, a Rainha do Mar – um dos muitos nomes que Iemanjá também é chamada – acolhe a cada um que se aproxima. Feita de concreto armado, a imagem já sofreu com algumas alterações com o passar dos anos, em especial na cor de sua pele.

Em entrevista para o site ES HOJE, o artista responsável pela obra afirmou que a decisão da cor veio de uma forma política. Ele chegou a pesquisar sobre a Orixá, inclusive achando

---

<sup>2</sup> A descrição da cor e demais informações sobre o monumento estão disponíveis na página 60 do Catálogo dos Monumentos Históricos e Culturais da Capital (Vitória), escrito pelo professor e historiador Willis de Faria, publicado em 1992 - com ajuda da Lei Rubem Braga, uma lei de incentivo à cultura, regido pela administração pública municipal - e disponível no <<http://deolhonailha-vix.blogspot.com/2011/10/catalogo-dos-monumentos-historicos-e.html>>.



diferentes formas de representação, dentre elas as que apontam uma Iemanjá com “o rosto coberto, como a maioria das entidades, e mais escura”<sup>3</sup>. Mas ficou decidido manter as cores que simbolizam o sincretismo com a religião católica, deixando a imagem pintada de branco. De lá para cá, a estátua já foi branca, amarela, preta e cinza. Mais recentemente, em dezembro de 2017, passou a ter seus traços repintados<sup>4</sup>, estando, agora, mais próxima das cores que representam as origens das religiões de matriz africana (Figura 1).

A escultura tem 3,60 metros de altura. Foi inaugurada no dia 30 de dezembro de 1988, às vésperas das festividades de virada de ano, o reveillon, quando recebeu mais de 60 mil visitantes no dia de sua estreia (Figura 2) – como aponta reportagem do jornal A GAZETA, do dia 1º de janeiro de 1989. A Praia de Camburi já era palco das celebrações feitas em homenagem à Iemanjá por muitas casas, terreiros, templos e centros espíritas, em especial os de Umbanda. A presença da estátua representa uma força extra às manutenções culturais e ao sentimento de memória coletiva dos filhos e adeptos dessas manifestações religiosas.



<sup>3</sup> Essa e outras informações sobre a história do monumento estão na matéria “Estátua de Iemanjá em Vitória completa 30 anos e ganha homenagens”, publicada no dia 02 de fevereiro de 2018 pelo site ES HOJE, com conteúdo escrito pela jornalista Thaís Rossi, disponível no link <<http://eshoje.com.br/estatua-de-ianjanja-em-vitoria-completa-30-anos-e-ganha-homenagens/>>.

<sup>4</sup> Informação disponível na matéria “Estátua de Iemanjá na Praia de Camburi, em Vitória, recebe pintura nova”, divulgada pela TV GAZETA no dia 28 de dezembro de 2017, com a pintura feita pelo restaurador Tarcísio Assis de Oliveira, artista responsável pelos reparos na estátua desde 2014. O conteúdo pode ser assistido no site do G1, especificamente no link: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/estatua-de-ianjanja-na-praia-de-camburi-em-vitoria-recebe-pintura-nova.ghtml>>.



Figura 2 - Arquivo do jornal A GAZETA, de 01 de janeiro de 1989, referente à inauguração da estátua de Iemanjá no píer da Praia de Camburi, em Vitória – ES. Fonte: Disponível em <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/02/no-dia-de-ianjanja-conheca-a-historia-da-estatu-que-da-nome-ao-pier-1014117555.html>>. Acesso em 05 de maio de 2019.

## ANCESTRALIDADE

As festividades feitas em homenagem a Orixá existiam antes de o monumento ser construído. As realizadas no dia 02 de fevereiro, pela zeladora e mãe de santo Edinéa da Silva Cabral, a mãe Néia, também conhecida como Edinéa de Iemanjá ou Néngua Kilunji, começaram ainda em 1982, quando esta – nascida em Santos (SP) – chega ao Espírito Santo. Como ela mesma conta, “(...) todo ano eu vou pro píer, porque nesta parte eu sou a primeira pessoa a tocar o atalabá aqui no Espírito Santo. São vinte e nove<sup>5</sup> anos né.” (Edinéa de Iemanjá, 2013, apud BATISTA, 2014, p. 169). Já são 37 anos de festas realizadas pela casa de candomblé Mosamburiá Kukueto, em homenagem a Iemanjá, na Praia de Camburi, em Vitória. O Centro Espírita Paz, Amor e Caridade Canabibi também realizava suas homenagens anos antes da instalação da imagem, como aponta a reportagem publicada no jornal A GAZETA, em 01 de dezembro de 1989 (Figura 2).

Essas diferenças de datas nas festas a Iemanjá derivam dos diferentes sincretismos que a Orixá recebeu, no Brasil. No livro “Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo”, Pierre Verger relata parte dessas interferências diaspóricas sofridas pelas divindades africanas com a chegada dos povos escravizados. Assim como Iemanjá é sincretizada com Nossa Senhora da Imaculada Conceição, festejada no dia 08 de dezembro – e que, em muitas casas, muda-se a data de comemoração para o dia 31 de dezembro – em outros locais a mesma também é sincretizada com Nossa Senhora das Candeias, celebrada no dia 02 de fevereiro.

Ainda cabe à Iemanjá o sincretismo com Nossa Senhora dos Navegantes, possível justificativa das origens dos títulos de Padroeira dos Pescadores, Rainha do Mar e Princesa do Mar. Há ainda quem lhe chame de Sereia do Mar ou, de forma mais íntima, Janaína. De todos esses nomes, Mãe Néia ainda prefere Ventesie, “(...) porque no Ketu, por exemplo,

---

<sup>5</sup> Trecho extraído da dissertação (Mestrado) de Dissertação “ANGOLA, JEJE E KETU: Memórias e identidades em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)”, de Milene Xibile Batista, publicado em 2014 e com entrevista feita em 2013. Neste ano de 2019, foi realizada a 37ª festa à Iemanjá, realizada pela casa de candomblé Mosamburiá Kukueto.



seria lemanjá, mas dentro do Angola é Ventesie.”. (Edinéa de lemanjá, 2013, apud, BATISTA, 2014, p. 136).

Do lorubá, lemanjá deriva do nome Yèyé omo ejá, traduzido por Verger como “Mãe cujos filhos são peixe”, sendo, então, a “(...) orixá dos gbá, uma nação iorubá estabelecida outrora na região entre Ifé e Ibadan, onde existe ainda o rio Yemojá” (VERGER, 1981, p. 67). O autor ainda explica as origens de sua saudação, quando seus filhos e seguidores a cumprimentam com “Odò Ìyá”, aqui no Brasil já adequado para Odojá. Curiosamente, a saudação original significa “Mãe do rio”, o que justifica parte das lendas e mitologias sobre a origem da Orixá.

Ao atravessar o oceano, sua conexão com a água doce do rio passa a ser representada, ao menos no litoral brasileiro, pela força salgada do mar. Mudanças de uma memória que permite ser construída de acordo com as condições às quais seus filhos se encontravam no Brasil, o que condiz com a afirmação de Verger ao afirmar que: “A qualidade das relações entre um indivíduo e o seu orixá é, pois, diferente, caso ele se encontre na África ou no Novo Mundo.” (VERGER, 1981, p. 19).

## MEMÓRIA

Nessa multiplicidade, lemanjá é reconhecida e lembrada por diferentes significados, construídos e modificados com o passar dos séculos. Afinal, a memória “é uma produção coletiva de lembranças e saberes que são socialmente selecionados, transmitidos e transformados entre diferentes gerações” (BATISTA, 2014, p. 48). E manter-se conectado a esses conhecimentos compartilhados – memórias ou não – em situações de conflito, exclusão ou submissão, assim como de isolamento, requer certa flexibilidade de adaptação dentro de um novo contexto social, sabendo preservar um sentimento coerente de identidade (THOMPSON, 1993).

Apesar dos pensamentos de Thompson retratarem um contexto europeu pós-guerra, eles podem ser compreendidos dentre os fiéis de religiões de matrizes africanas. Assim como os escritos de Pollak, principalmente quando este retrata a importância da memória ser um conhecimento coletivo:



“A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 2).

Tanto a Umbanda quanto o Candomblé, entre outras religiões de matriz africana, foram silenciadas no Brasil em diferentes momentos históricos: o primeiro, de período colonial e predominância católica; o segundo, nas perseguições do Estado ditatorial no Governo de Getúlio Vargas; e o terceiro, nas violências da ditadura militar que imperou de 1964 a 1984, no Brasil. Foi somente depois da Constituição Federal de 1988 que as organizações de comunidades religiosas de matriz africana, já estabelecidas há décadas, no país, começaram a contextualizar e desmistificar, com mais força, toda a simbologia construída sobre essas religiões. Passa a surgir um movimento de recuperação de uma memória que precisou ser camuflada para sobreviver a tantos massacres.

A construção e a inauguração da estátua de Iemanjá no píer da Praia de Camburi ocorrem, assim, num momento oportuno de fortalecimento de laços políticos, exatamente em 1988. Mesmo que o monumento surja com a pele branca, mais próxima às imagens católicas que às africanas, e construída no final de um píer – distante da circulação pública, sendo necessário ir até ela para poder contemplá-la – esses possíveis resquícios do silenciamento sofrido pelas religiões de matriz africana não impediram de que a mesma imagem representasse toda memória guardada nos cultos e nas homenagens à Orixá.

Afinal, as festividades em homenagem à Rainha do Mar aconteciam décadas antes, quando nem se cogitava a construção do monumento, o que fortalece essa resistência africana em terras brasileiras e que comprova o quanto esse sentimento de pertencimento a um passado tão distante se manteve vivo e atuante, mesmo sem o reconhecimento público para tal.

Se não é possível ir até a África para celebrar tal divindade, assume-se suas misturas, o sincretismo com as santas católicas, e a homenagem é feita onde ela se encontra, no mar. Ou, como Pierre Nora descreve, busca-se um: “Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória



esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação (...)" (NORA, 1993, p. 7).

lemanjá, enquanto monumento, representa toda uma memória vibrante, coletiva e individual, social e familiar, capaz de suportar anos de repressão, violência e silenciamento. O que ainda mantém a estátua de pé são os significados e as representações para aqueles que se sentem, agora, incluídos e reconhecidos, com condições ainda mais visíveis de celebrar a presença imagética da Orixá, cada um por meio de sua memória, considerando esta possível de ser individual, plural e coletiva. Afinal, "há tantas memórias quantos grupos existem" (Ibid, p. 9).

## RESISTÊNCIA

Se antes da imagem, a praia já era vista como um lugar de memória, após sua instalação, essa tornou-se local de orgulho e de sobrevivência. A presença desse monumento simboliza um importante caminho de valorização da pluralidade cultural e religiosa nos espaços públicos, via arte pública. Um símbolo de representação pela diversidade da memória. Até, porque, para ser memória é preciso, antes de tudo, "ter vontade da memória" (Ibid, p. 22). Dessa forma, para aqueles que encontram na estátua apenas a representação da imagem de lemanjá, o espaço torna-se, apenas, um local de história; voltando a ser local de memória somente quando se há intenção de vivenciar o espaço com toda a sabedoria ancestral e seus retornos aos antepassados, do mesmo jeito que já era feito, décadas atrás, sem a imagem erguida à beira-mar.

De certo modo, um sentimento de pertencimento a um passado que não viveu, mas que lhe representa no presente e que ajuda a entender porque a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual quanto coletiva, "na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si" (POLLAK, 1992, p. 5). O que também contribui para entender essa necessidade de ir atrás de um passado que corresponda às angústias atuais, e, assim, "ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens" (NORA, 1993, p. 17). Ou seja: "O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo" (POLLAK, 1989, p. 10).



Nas palavras de Walter Benjamin: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1987, p. 223). Nesse caso, o perigo refere-se ao risco e à ameaça do desaparecimento da tradição pelo viés da história, assim como pela existência daqueles que a recebem, tendo em vista que, para a manutenção de um pensamento único e universal, arranca-se toda a memória daqueles que mantém viva uma tradição, por meio do silenciamento, do esquecimento e da dizimação de povos e culturas. “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Ibid, p. 223).

Esse pensamento ainda nos é atual, principalmente se considerarmos as tensões que estão ao redor dessa transmissão histórica que privilegia determinados repertórios culturais. Deixar de contar a história de alguém ou de algo é um eficaz mecanismo de tornar “morto” aquilo que não é lembrado; e, que, dessa forma, deixa de ser identificado. Um jogo em que se brinca com a memória, daquilo que é lembrança ou esquecimento, numa disputa do que deve ser guardado, construído, memorizado.

## ÁFRICA

Todo Orixá representa, na cultura africana, a relação com a família. A conexão do ser com seus familiares, em especial com seus antepassados. O Orixá está morto e é cultuado. Vê-lo representado como monumento também é recordar uma memória coletiva construída ao redor dessa divindade.

Ao chegar no Brasil, manteve-se a tradição do culto aos Orixás. Vem dos santos católicos, apresentados como salvadores do povo africano, a sobrevivência de sua relação com a família e, conseqüentemente, a manutenção de sua religião. Para o povo bantu, um dos muitos povos africanos escravizados e sequestrados para o Brasil, o culto aos antepassados é parte fundamental do processo de construção de identidade, sendo parte das suas relações familiar e social. Chamado de egum, o morto era cultuado e representava a conexão em vida do presente com o passado (OLIVEIRA, 2015). Ao serem apresentados aos santos, os escravizados enxergaram nessas imagens seus eguns, aqueles homens e mulheres que





viveram em Terra, foram reconhecidos por suas conquistas e, hoje, são cultuados pelos que lembram suas histórias.

“Os santos católicos são como os eguns, espíritos de falecidos que vivem noutra dimensão e interagem com os mortais terrestres. Perfeita simbiose da teologia cristã dominante com a teologia africana dominada. Voltando-se para uma roupagem católica, o pensamento voava além horizontes e apreendia outro conteúdo, mas não tão diverso daquele cultuado em África” (OLIVEIRA, 2015, p. 136).

O negro escravizado conseguiu manter presente a sua fé, sua conexão com a África e com seus antepassados. Achou, na imagem dos santos, o motivo para se manter vivo. Para muitas culturas africanas, é no convívio entre vivos e mortos que estão as respostas para a essência vital (VICENTE, 2012, p. 38). Ou seja, “(...) é pela comunicação, correlação e interdependência do mundo visível e invisível que se institui a vida para as comunidades de cultura Bantu (...)” (KAITEL et al., 2017, p. 70).

Toda essa sobrevivência deve-se ao sincretismo. Se, para muitos, durante anos, o misturar-se com o outro significava uma perda da identidade, percebemos, nessa contextualização, que desde o começo, adotar certos traços da cultura dita como dominante era, antes de tudo, estratégia de resistência. Não há esvaziamento cultural, mas “(...) uma pluralidade de combinações culturais todas repletas de um colorido sem igual” (OLIVEIRA, 2015, p. 139).

## ALÉM DO MONUMENTO

Num país aonde apenas os heróis vindos da elite – em especial políticos, militares e líderes católicos – recebem destaque em praça pública, a fisionomia de um Orixá representa luta e resistência. Rompe-se aquele pensamento de se manter cultuado apenas a história dos vencedores. Parafraseando SELIGMANN-SILVA (2017), a glória e a fama são as deusas que enfeitam os pedestais desses “grandes homens”.

Além de não estar identificada com nenhum feito histórico do pensamento ocidental, sendo referência na memória “apagada” de um povo subalternizado, Iemanjá ainda representa a força feminina, também esquecida por essa história seletiva. Por tantos significados, não há apenas a visão do monumento, em questão, mas, também, a do que pode ir além do



monumento, servindo de exemplo de resistência e de memória aos silenciamentos. Uma memória da violência, que contribui para que a história possa ser reescrita.

Apesar da estátua se remeter a uma lemanjá que precisou ser adequada para sobreviver e figurar nesse contexto, está na memória daqueles que se reconhecem nela a sua capacidade de representar muito mais do que se tentou esconder. Antes mesmo de ser erguida no píer da Praia de Camburi, em Vitória, lemanjá já era mais que um monumento, era símbolo de resistência. Vê-la numa imagem de 3,60 metros de altura, construída em concreto armado, amplia e reforça a importância da memória de uma cultura muitas vezes obliterada na história do patrimônio brasileiro, até então desmerecedora diante de uma memória nacional seletiva e excludente.

#### Referências

BATISTA, Milena Xibile. **Angola, Jeje e Ketu**: memórias e identidades em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da Grande Vitória (ES). 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história. Trad. ROUANET, Sérgio Paulo. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222-232.

KAITEL, Alexandre Frank Silva; SANTOS, Guaraci Maximiano. Conhecendo a Umbanda: uma tipologia sob o prisma bantu. **Diversidade Religiosa**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 60-87, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. KHOURY, Yara Aun. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Francisco. **Hibridação Bantu**: o percurso cultural adotado por um povo. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. Trad. SIMÕES, Júlio Assis. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Editora Hucitec/ANPOCS, pp. 9-18, 1993.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Antimonumentos e a arte de “desesquecer” na nova arte de memória do Brasil. **Psicanalistas pela Democracia**, 2017. Disponível em:



<<https://psicanalisedemocracia.com.br/2017/04/antimonumentos-e-a-arte-de-desesquecer-na-nova-arte-de-memoria-do-brasil-por-marcio-seligmann-silva/>>. Último acesso: 10 de maio de 2019.

VERGER, Pierre. **Orixás** – Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo. Trad. NOBREGA, Maria Aparecida. Editora Corrupio, 1981.

VICENTE, José A.. **A experiência salvífica na religião tradicional nos povos banto e a teologia do Concílio Vaticano II**: pistas para um diálogo inter-religioso a partir do paradigma missão evangelizadora da igreja. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2012.